

A influência das políticas neoliberais na educação superior: casos UFF e UERJ

Maria de Fátima Costa de Paula¹

Ana Carolina Grangeia Cardoso²

Rio de Janeiro, maio de 2011

Resumo: O texto tem como objetivo analisar como as políticas neoliberais têm influenciado as universidades públicas, focalizando o processo de privatização por dentro da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), duas destacadas universidades públicas localizadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho trata, mais especificamente, do ensino pago no âmbito da pós-graduação, nas duas universidades. Ao longo do texto, foi realizado um panorama das políticas públicas para a educação superior, dando ênfase à influência das políticas neoliberais sobre as universidades públicas, para, em seguida, trazer a comparação dos dados coletados sobre a UFF e a UERJ.

Palavras-chave: Políticas Neoliberais; Privatização; Universidade Federal Fluminense; Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Eixo temático: 4) Estudos comparados institucionais

A influência das políticas neoliberais sobre as universidades públicas

Na década de 1990, auge das políticas neoliberais, passamos a vivenciar um desmonte da universidade pública brasileira, com um investimento cada vez menor do Estado no campo da educação superior pública, mercantilizando-se o sentido da formação universitária.

Nesse sentido, dissertar sobre a influência das políticas neoliberais na educação superior exige um maior aprofundamento sobre o que são as políticas neoliberais, de que forma e em que contexto essas políticas modificam o cenário educacional do país, transformando a universidade pública brasileira.

É necessário entender, primeiramente, quais são as relações entre a reforma do Estado capitalista e as atuais políticas para a educação superior no país, implementadas

¹ Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFF e Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tel: (5521) 9606-1749; E-mail: mfatimadepaula@terra.com.br.

² Aluna do Curso de Pedagogia da UFF e bolsista de iniciação científica do CNPq / Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFF. Tel: (5521) 7805-4136; E mail: carol_grangeia@yahoo.com.br.

a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva e as continuidades e descontinuidades entre esses dois governos que têm fomentado o processo de privatização das universidades públicas.

Tanto a economia como os outros setores da sociedade sofreram grandes mudanças com a passagem do modelo fordista, que era um modelo rígido e não estava sendo mais suficiente para responder aos problemas do regime de acumulação capitalista e da exclusão social, para o modelo de acumulação flexível, caracterizado pela flexibilidade no processo de trabalho e no mercado de trabalho, orientado pelas políticas neoliberais.

O regime fordista se esgotava, pois já não acompanhava os avanços tecnológicos, a transnacionalização da economia e o desenvolvimento do mercado. A crise fiscal se intensificava e ainda havia a incapacidade do fundo público de continuar a financiar a acumulação de capital, entre tantas outras coisas.

O novo modelo de acumulação flexível necessitou de uma reforma do Estado, na qual as funções específicas do setor de serviços foram transferidas para o mercado. Com isso, o discurso da privatização foi ganhando força, como suposta forma de superação dos problemas decorrentes da crise econômica.

A solução encontrada, segundo a lógica neoliberal, foi abrir as portas para as leis do mercado, que regulariam a economia sem restrições, diminuindo cada vez mais a intervenção do Estado na economia e os gastos públicos em políticas sociais.

Nesse sentido, a concepção neoliberal, que redundou na eliminação de direitos sociais conquistados há décadas pela sociedade, baseava-se em um discurso que se justificava na idéia de que a responsabilidade da crise era do próprio Estado, possuidor de um setor público oneroso, ineficiente e improdutivo.

Em contrapartida, segundo esta mesma ótica, o setor privado se mostrava muito mais eficiente e com maior qualidade, portanto deveria servir de modelo para a sociedade. Assim, os direitos sociais conquistados, como por exemplo, nas áreas de saúde e educação, também deveriam ser guiados pelas leis do mercado, ou seja, os direitos sociais foram colocados no setor de “serviços definidos pelo mercado” (CHAUI, 1999, p. 3)

Em relação a essa lógica, Pablo Gentili (1996) afirma que diante desse quadro, o Estado, ao invés de zelar por esses direitos conquistados, se torna um representante dos objetivos e interesses do capital internacional.

O neoliberalismo passa então a ser o eixo norteador da política brasileira na década de 90. Para os neoliberais, o sistema educacional contemporâneo sofre uma crise gerencial, de eficiência, eficácia e produtividade e não uma crise democrática. E é essa crise, na opinião deles, que promove a evasão escolar, a repetência, o analfabetismo funcional, etc.

Nesse sentido, a reforma educacional foi atrelada à reforma do Estado. Diante disso, foi feita uma reforma administrativa do sistema educacional, orientada pela necessidade de implementar mecanismos que regulassem a eficiência, a eficácia e a produtividade, ou seja, uma suposta qualidade dos serviços educacionais.

Criaram-se, então, em todos os níveis do sistema educacional, mecanismos de controle e avaliação da qualidade dos serviços educacionais. A produção educacional, principalmente no ensino superior, ficou subordinada à avaliação, ou seja, as universidades e os professores / pesquisadores são pressionados todo o tempo para serem produtivos, produtividade esta medida de forma fundamentalmente quantitativa, onde os produtos (sobretudo publicações) são reificados em detrimento dos processos.

Com isso, as universidades, principalmente as públicas, são vistas e tratadas como empresas produtivas. De acordo com Paula (2002, 2003), a universidade, diante dessa lógica racionalizadora do capital, se desintegra enquanto *lócus* de formação, pesquisa e extensão, perdendo a sua autonomia intelectual diante das agências avaliadoras e do próprio mercado, que passam a ditar, em grande medida, os rumos do trabalho acadêmico.

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, foram criadas várias medidas para a expansão do ensino que re-configuraram o cenário da educação superior no Brasil e que faziam parte desse projeto maior de reforma do Estado. As políticas de educação superior passaram a ser orientadas por três princípios fundamentais: flexibilidade, competitividade e avaliação.

O princípio de flexibilidade promoveu o processo de diversificação e diferenciação dos formatos institucionais, ou seja, universidades e outros tipos de instituições como faculdades, institutos superiores de educação, entre outros, foram criados. Além disso, possibilitou a oferta de novos cursos de nível superior, tais como cursos superiores de tecnologia, cursos seqüenciais, mestrados profissionalizantes, cursos de educação a distância, muitos deles instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n 9.394, de 1996.

Com o caminho aberto para a criação de novos cursos e instituições e com a visão de que os alunos passam a ser “clientes da mercadoria educação”, a competitividade é instaurada.

A fim de se garantir essa flexibilização e a competitividade, foram criados mecanismos de avaliação que passaram a informar a qualidade da mercadoria (educação) aos consumidores/clientes (alunos/ sociedade).

Cabe ressaltar, ainda, diante desse quadro, que um dos principais objetivos da reforma da educação superior foi “*promover uma expansão acelerada do sistema que atendesse à demanda por esse nível de ensino, sem ampliação dos investimentos dos recursos do fundo público para o crescimento da oferta de vagas*” (DOURADO, GOMES e OLIVEIRA, 2011).

A expansão do sistema de educação superior brasileiro tem se dado, fundamentalmente, pela via privada. Segundo Paula (2011), o Censo da Educação Superior de 2007, realizado pelo INEP/MEC, mostrou que do total de 2.281 instituições de educação superior que ofereciam ensino de graduação presencial e a distância, 249 eram públicas (federais, estaduais e municipais) e 2.032 privadas. Ou seja, do total de IES, 89% eram privadas e apenas 11% públicas. O setor privado concentrava cerca de 75% das matrículas e o público apenas 25%.

O Censo da Educação Superior de 2008³ mostrou que houve uma diminuição do número de IES no país, apresentando um total de 2.252, ou seja, 29 instituições a menos do que no ano de 2007. Segundo o INEP, essa diminuição pode ser explicada pela integração de instituições, tanto por fusão ou compra, que tem ocorrido nos últimos anos. Além disso, do total de 2.252 IES, 236 são públicas e 2.016 privadas, ou seja, cerca de 90% são instituições privadas e apenas 10% públicas.

Em 2007, em relação às matrículas na graduação presencial, havia no setor público 1.240.968 matrículas e no setor privado 3.639.413 matrículas, representando uma diferença de 2.398.445 matrículas de um setor para o outro. Já em 2008, esses números aumentam, passando para 1.273.965 matrículas no setor público e 3.806.091 matrículas no setor privado, expressando uma diferença de 2.532.126 matrículas entre ambos os setores.

³ MEC/INEP. Censo de Educação Superior. Resumo Técnico do Censo de Educação Superior de 2008. Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm. Acesso em: 23/11/2010.

Esses dados mostram a lógica presente por trás dessa reforma educacional, que acentuou o viés privatista, transformando o Brasil num dos países com os maiores índices de privatização do sistema de educação superior, no âmbito da América Latina e do mundo.

As universidades públicas sofreram pressão para melhorarem os indicadores de eficiência e produtividade através da expansão do ensino superior de graduação. Entretanto, isso aconteceu sem nenhum investimento público, ou seja, o dinheiro destinado à educação já não era suficiente e ainda foi feita uma expansão nas universidades federais sem ampliação do financiamento, sobretudo nos governos de FHC.

Essa falta de investimento pode ser percebida através da análise de alguns dados:

O orçamento caiu de R\$ 6,69 bilhões, em 1995, para R\$ 4,96 bilhões em 2001, em que pese o crescimento na oferta de vagas em cursos de graduação, que passou de 394.728, em 1995, para 531.634, em 2002. No mesmo período, observa-se uma redução no número de professores em exercício que passou de 46.489, em 1995, para 45.907 professores, em 2002. (DOURADO, GOMES e OLIVEIRA, 2011)

Diante dessa situação, na qual as universidades federais expandiram as suas vagas com a diminuição dos recursos orçamentários e a precarização das condições de trabalho dos professores, essas instituições foram impelidas a procurar ou diversificar as suas fontes de financiamento, buscando no mercado recursos complementares.

Essa diversificação de fontes de financiamento tem se dado através da prestação de serviços, realização de convênios, cobrança de mensalidades nos cursos de pós-graduação, etc., com apoio das fundações privadas que captam e distribuem estes recursos no interior das universidades públicas.

Nesse sentido, a autonomia universitária tem se confundido, em grande medida, com autonomia da universidade para captar recursos de outras fontes diferentes do Estado, fazendo parcerias, por exemplo, com empresas privadas, ou seja, o conceito de autonomia é confundido com privatização.

Esse conceito de autonomia se contrapõe ao real conceito de autonomia universitária, através do qual a universidade é livre para definir programas, cursos, propor projetos de pesquisa e extensão, não sendo a autonomia confundida com a desobrigação do Estado para com o financiamento da educação superior pública.

Nos governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva havia expectativas de que o cenário educacional brasileiro sofresse mudanças significativas. Esperava-se que a

expansão da educação superior acontecesse sobretudo através do setor público, priorizando-se uma expansão com qualidade social articulada com novos mecanismos de acesso e permanência das camadas excluídas do ensino superior. Apesar de ter havido crescimento tanto no setor público como no setor privado nesse período, a presença do setor privado continuou sendo extremamente elevada em todos os indicadores, como evidenciaram os dados do Censo da Educação Superior de 2007 e 2008, já assinalados anteriormente.

Contudo, diferentemente dos governos de FHC, os governos do Presidente Lula investiram também na expansão e democratização do setor público de educação superior, através de diferentes programas e ações, tais como: REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), incluindo a interiorização das universidades federais, a criação de várias universidades federais novas, do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), com base na educação a distância, a implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), que estão associados às escolas técnicas e que vêm sendo criados com uma velocidade nunca antes vista, entre outros. Ao lado da expansão do setor público, se propõe a sua democratização, através das políticas de ação afirmativa, direcionadas aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda e das minorias étnicas.

Ainda assim, o setor privado de educação superior tem crescido num ritmo acelerado, graças à implementação e fortalecimento de programas como PROUNI (Programa Universidade para Todos) e FIES (Financiamento Estudantil). Através desses programas, estudantes de baixa renda têm podido estudar em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, com o auxílio de bolsas de estudos integrais e parciais.

As políticas de educação superior, desde a segunda metade da década de 1990, têm estimulado um sistema de educação superior que rompe com o modelo previsto na reforma universitária de 1968, no qual a universidade era concebida e definida pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Como a universidade teve que se adaptar às exigências do mercado, seus currículos, atividades e programas sofreram alterações. Isso passou a acontecer para que o profissional tivesse garantia de inserção imediata no mercado de trabalho, segundo uma visão marcadamente instrumental da formação.

Marilena Chauí (1999, p. 4), numa matéria para a Folha de S. Paulo, comentou sobre esse assunto:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional... Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual.

Analisando o que está por trás desse incentivo à expansão da educação superior, podemos perceber que o processo de formação está sofrendo grandes mudanças. Segundo Paula (2008, p. 479), *“acentuaram-se o aligeiramento e a fragmentação do processo de formação através dos cursos de curta duração, cursos seqüenciais, cursos superiores de tecnologia, cursos de educação à distância, mestrados profissionais, etc (...).”*

Com isso, *“a concepção de cursos de graduação preocupados com uma educação mais abrangente e com escopo de grande amplitude cede gradativamente lugar a uma concepção mais pontual, restritiva, angular e marcadamente profissionalizante”* (RISTOFF, 2011).

O debate sobre a universidade pública tem se tornado cada vez mais complexo e não envolve apenas questões relacionadas à educação. O *campus* é um espelho distorcido da sociedade, pois *“os cursos de graduação não reproduzem, mas hipertrofiam as desigualdades sociais existentes”* (RISTOFF, 2011)

O *campus* tem distorcido tanto as proporções dos estudantes provenientes de escola pública, como a representação por cor/raça, como as proporções de estudantes com baixa renda familiar. Como exemplo disto, estudantes com renda familiar de até três salários mínimos, que na população brasileira representam 50%, nos cursos de maior prestígio social, como Odontologia e Medicina, passam a ser apenas 10,5% e 8,8%, respectivamente (RISTOFF, 2011). Entre os dez cursos mais brancos, estão cinco da área da saúde (Odontologia, Veterinária, Farmácia, Psicologia e Medicina) – todos com mais de 77% de representação de brancos. Em contrapartida, na população brasileira, os brancos representam 52% (RISTOFF, 2011). Ainda segundo Ristoff (2011):

Com intensidade ainda mais dramática, o espelho do *campus* distorce as proporções dos estudantes originários das escolas públicas – grupo fortemente sub-representado tanto na educação superior pública quanto na privada: nas IFES e nas IES privadas a sua representação é de cerca de 43%, isto é, inferior à metade dos 89% representados por eles no ensino médio. Nos cursos, a desproporção pode ser maior: apenas 18% dos estudantes de

Odontologia e 34% dos estudantes de Medicina cursaram todo o ensino médio em escola pública. É necessário inferir, portanto, que para um aluno originário do ensino médio privado e pago a oportunidade de chegar à educação superior, em especial em cursos de alta demanda, é várias vezes superior a de seus colegas originários da escola pública e gratuita.

A reforma proposta pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) para as universidades brasileiras, sobretudo para o sistema federal, fez parte de um projeto maior de reforma do Estado. Foi proposta a modernização da máquina estatal, no sentido de um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, para que se evitasse o “desperdício”. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, formulado em 1995 pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE)⁴, abriu mais um precedente para a privatização das universidades públicas. Luiz Carlos Bresser Pereira, quando foi Ministro do MARE, propôs a transformação das instituições de serviços do Estado, como é considerado o caso das universidades federais, em “organizações sociais públicas não-estatais”. Esta categoria foi concebida para contemplar as instituições que desempenham as chamadas “atividades competitivas”. Aplicou-se a concepção da eficiência gerencial pela competitividade máxima. O mecanismo proposto foi o Contrato de Gestão, que conduziria à captação de recursos privados como forma de reduzir os investimentos públicos no ensino superior (Paula, 2003, p. 58-59).

Apesar dos investimentos dos governos Lula (2003-2010) na expansão da educação superior pública e na democratização do acesso ao ensino superior, ainda permanecemos com um alto índice de privatização do nosso sistema de educação superior e as políticas de democratização que têm sido implementadas estão longe de resolver as distorções sociais existentes nas universidades, em especial as públicas, objeto deste trabalho.

As reformas empreendidas nos anos 1990 e 2000 sofreram influências das políticas neoliberais, e em relação à educação superior, tiveram como idéias fundamentais a expansão do ensino e uma suposta melhoria do sistema, com o objetivo de aumentar a produtividade, a eficiência e a eficácia da universidade pública, a fim de formar profissionais para o mercado de trabalho, numa visão instrumental e imediatista de formação.

⁴ O MARE foi criado através da Medida Provisória n° 813, publicada no D.O.U. de 01/01/1995 e extinto através da Medida Provisória n° 1795, de 11/01/1999. Suas funções foram absorvidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Como vimos, a expansão do ensino superior, neste período, se deu através de um processo excludente, pois não democratizou efetivamente o acesso à educação superior, já que não tem garantido, de forma satisfatória, o acesso à universidade pública das camadas marginalizadas socialmente e não há uma preocupação significativa com as condições de permanência desses estudantes nas universidades.

A influência das políticas neoliberais no campo da educação significou, sobretudo, “*um vazão de Estado no financiamento das instituições públicas de educação superior, o que provocou, por um lado, a proliferação indiscriminada de instituições privadas de ensino superior e por outro, a privatização interna do ensino, da pesquisa e da extensão nas universidades públicas*” (PAULA, 2008, p. 478-479).

A privatização por dentro da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A privatização interna da universidade pública, em especial da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), duas destacadas universidades públicas localizadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, pode ser observada sobretudo através da análise dos cursos pagos de pós-graduação *lato sensu*, dos mestrados profissionalizantes, das pesquisas encomendadas por empresas e da cobrança pelos cursos de extensão. No espaço deste texto, enfocaremos os cursos pagos de pós-graduação *lato sensu* e os mestrados profissionalizantes.

A pós-graduação *lato sensu*

A pós-graduação *lato sensu* - cursos de especialização e MBAs - caracteriza-se pela formação de pessoal em nível de especialização profissional, visando à capacitação e ao aprimoramento do educando em áreas específicas do saber. Consta de programas de estudo de curta duração e com flexibilidade curricular em termos de conteúdo, disciplinas e atividades acadêmicas.⁵

Entretanto, os cursos de pós-graduação *lato sensu* são, hoje, o maior marco da via privatizante, orientada pelas políticas neoliberais, dentro das universidades públicas. Por serem cursos “auto-financeáveis”, ou seja, pagos pelos alunos, têm atraído cada vez mais adeptos nas instituições públicas, pois são utilizados como fonte de

⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Curso *lato sensu*. Apresentação. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cpg-lato-sensu/apresentacao/apresentacao>. Acesso em: 16/09/2010.

complementação salarial por parte de professores e pesquisadores e muitas vezes direcionados para investimentos em infra-estrutura. Logo, estamos vivenciando a privatização do ensino dentro e a partir das instituições públicas.

Percebemos, portanto, uma inconstitucionalidade na cobrança de mensalidades desses cursos, já que deveria ser garantida a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 206, inciso IV.

Atualmente, mais precisamente no período de agosto/setembro de 2010, na UFF, foi realizado um plebiscito em relação à permanência ou não dos cursos pagos na universidade. E o resultado da consulta acadêmica foi de 86,78% dos votos a favor de uma universidade livre de taxas e mensalidades em todos os seus cursos.

Nesse sentido, permaneceu o texto da Estatuinte que é regido pelos seguintes princípios: ... III da natureza pública e gratuita do ensino, sob responsabilidade da União. Em oposição ao texto da Estatuinte, estava sendo colocado em prática, na UFF, o texto da Comissão de Sistematização do Conselho Universitário (CUV), regido pelo princípio da gratuidade do ensino apenas no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) ⁶.

Podemos perceber um avanço em relação à luta pela gratuidade em todos os níveis de ensino, já que há muito tempo se realizava a cobrança de cursos de pós-graduação *lato sensu* na UFF, havendo a defesa da sua cobrança por parte de algumas áreas, como a engenharia, que cobram caro por seus cursos. A urna do plebiscito colocada na Escola de Engenharia foi a única que teve como resultado 378 votos a favor do texto da Estatuinte e 494 contra o texto da Estatuinte e a favor do texto do CUV, portanto a favor dos cursos pagos⁷.

A UFF conta com 139⁸ cursos de pós graduação *lato sensu* e a UERJ com 109⁹. As duas universidades oferecem cursos em todas as áreas de conhecimento. Tanto na

⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Aduff. Boletim eletrônico da Aduff. É o fim dos cursos pagos na UFF. Disponível em: http://www.aduff.org.br/boletim/2010a_09m_10d.htm. Acesso em: 11/01/2011.

⁷ *Ibid*

⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação. Cursos. Disponível em: <http://www.propri.uff.br/cursos-de-pos-graduacao/relacao-de-cursos-lato-sensu>. Acesso em: 14/09/2010.

⁹ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ensino. Pós-Graduação *lato sensu*. Disponível em: <http://www.uerj.br/modulos/kernel/index.php?pagina=29>. Acesso em: 14/09/2010 e UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro de Produção da UERJ. Disponível em: <http://www.cepuerj.uerj.br/pos.aspx>. Acesso em: 16/09/2010.

UERJ como na UFF, a área biomédica é a que oferece uma maior quantidade desses cursos.

A diferença de oferta e variedade dos cursos é grande, tendo apenas 23 cursos em comum nas duas universidades, tais como: Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Dentística, Dermatologia, Educação Física Escolar, Endodontia, Enfermagem do Trabalho, Engenharia de Petróleo e Gás Natural, Ensino de Ciências, Estomatologia, História do Brasil, Implantodontia, Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Literaturas de Língua Inglesa, Medicina do Trabalho, Neurologia, Odontogeriatrics, Odontopediatria, Ortodontia, Prótese Dentária, Psicanálise e Saúde Mental e Psiquiatria. Percebe-se que a maioria desses cursos oferecidos em comum são da área biomédica, principalmente da Odontologia.

Fazendo uma comparação entre os valores cobrados em alguns desses cursos oferecidos tanto na UFF como na UERJ, percebemos algumas variações.¹⁰ O curso de Educação Física Escolar é gratuito na UFF, com duração de 360 horas e na UERJ esse mesmo curso, com duração de 360 horas, cobra um valor total de R\$ 2.280,00 dos estudantes.

O curso de Endodontia da UFF não tem taxa de inscrição, mas cobra uma mensalidade de R\$ 950,00, com duração de 855 horas.¹¹ Na UERJ, esse curso não informou nada sobre taxa de inscrição, mas cobra um valor total de R\$ 15.000,00 com duração de 855 horas. O curso de Enfermagem do Trabalho na UFF possui uma taxa de inscrição de R\$ 100,00 mais um custo total de R\$ 4.200,00, com duração de 420 horas. Na UERJ, esse curso cobra R\$70,00 de taxa de inscrição, tendo um custo total de R\$ 4.180,00 e duração de 480 horas.

O curso de Engenharia de Petróleo e Gás Natural da UFF não informou a cobrança ou não de taxa de inscrição, mas possui um custo total de R\$ 7.956,00, com duração de 360 horas. Na UERJ, esse curso cobra uma taxa de inscrição de R\$ 50,00 mais um custo total de R\$ 12.000,00, com duração de 390 horas.

Na UFF, o curso de Língua Portuguesa cobra uma taxa de inscrição de R\$ 60,00, com duração de 420 horas, mas não informa o custo do curso. Na UERJ, para esse

¹⁰ Todos os valores referentes aos cursos da UFF foram retirados do mesmo site: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação. Cursos. Disponível em: <http://www.propi.uff.br/cursos-de-pos-graduacao/relacao-de-cursos-lato-sensu>. Acesso em: 16/09/2010. E todos os valores referentes aos cursos da UERJ foram retirados do mesmo site: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Centro de Produção da UERJ. Disponível em: <http://www.cepuerj.uerj.br/pos.aspx>. Acesso em: 16/09/2010.

¹¹ Valor de 2009. Não há dados mais atuais.

mesmo curso é cobrada uma taxa de inscrição de R\$ 40,00, com um custo total de R\$ 1.620,00, duração de 360 horas.

O curso de Literaturas de Língua Inglesa na UFF cobra uma taxa de inscrição de R\$60,00, com duração de 420 horas, mas não informa o valor do curso. Já na UERJ, esse mesmo curso cobra uma taxa de inscrição de R\$30,00, com custo total de R\$1080,00 e duração de 360 horas.

Na UFF, o curso de Ortodontia cobra meio salário mínimo de taxa de inscrição, um custo total de R\$ 54.000,00, com duração de 2.220 horas. Na UERJ, esse mesmo curso cobra R\$ 500,00 de taxa de inscrição mais um custo total de R\$ 56.400, tendo duração de 2610 horas.

O curso de Cirurgia Plástica das duas universidades cobra apenas taxa de inscrição. Na UFF, é cobrada uma taxa de inscrição no valor de R\$ 200,00, com duração de 6300 horas e na UERJ há uma taxa de inscrição de R\$ 100,00 e duração de 5760 horas. O curso de Cirurgia Geral na UFF, com duração de 3900 horas, não tem custo, cobrando apenas uma taxa de inscrição de R\$ 250,00. A UERJ não disponibilizou informações sobre esse mesmo curso.

Na UFF, o curso de Dentística, com duração de 12 meses, cobra um valor total de R\$ 13.200,00 e na UERJ, esse mesmo curso, com duração de 915 horas, tem um custo total de R\$ 15.000,00. O curso de Dermatologia da UFF tem duração de 3 anos, cobrando apenas o valor da taxa de inscrição: R\$ 150,00. Já na UERJ, esse mesmo curso, com duração de 5760 horas, tem um custo total de R\$ 13.200,00.

A UFF e a UERJ não disponibilizaram informações sobre o curso de Ensino de Ciências. O curso de Estomatologia da UFF também não disponibilizou informações, mas o mesmo curso na UERJ, com duração de 630 horas, cobra um valor de R\$10.800,00. O curso de História do Brasil da UFF tem duração de 16 meses mais 6 para a monografia e cobra uma mensalidade no valor de R\$ 230,00. A UERJ não deu informações sobre esse mesmo curso.

O curso de Odontopediatria da UFF tem duração de 750 horas e um custo total de R\$ 11.400,00. Já na UERJ, esse mesmo curso tem duração de 855 horas e um custo total de R\$ 12.000,00. O curso de Prótese Dentária das duas universidades tem um custo total de R\$ 18.000,00. O curso de Psiquiatria da UFF tem duração de 2 anos, sem taxa de inscrição e não disponibiliza informação sobre gratuidade ou não do curso, mas na UERJ esse mesmo curso, com duração de 2400 horas, é gratuito.

Através dessa pequena análise sobre alguns cursos da pós-graduação *lato sensu*, tendo em vista que seria muito exaustivo observar todos os cursos oferecidos no espaço deste texto, podemos perceber que as duas universidades têm cobrado valores altos pelos seus cursos, sendo difícil dizer qual das duas está mais privatizada, já que a cada ano os valores mudam e cursos novos são criados.

Na UERJ, os cursos mais caros são: Ortondointia, com duração de 2.610 horas e um custo total de R\$ 56.400,00, Cirurgia e Traumatologia Buco- Maxilo-Faciais, com duração de 3.600 horas e um custo total de R\$ 37.200,00 e Implantodontia, com duração de 1110 horas e um valor total de R\$ 30.000,00. Seguindo com os cursos mais caros, ainda continuamos na área de Odontologia e de Saúde, mas os preços caem quase que pela metade: por exemplo, temos o curso de Dentística cobrando um valor total de R\$ 15.000,00 por 915 horas, o curso de Endodontia de 855 horas também com um custo total de R\$ 15.000,00, o curso de Odontopediatria com um custo total de R\$ 12.000,00 e duração de 855 horas, entre outros. Na área de saúde, temos o curso de Dermatologia, com duração de 5760 horas e um valor total de R\$ 13.200,00, o curso de Endocrinologia, Diabetes e Metabologia, com duração de 3450 horas e um valor total de R\$14.400,00, etc.

Atrás da área de saúde e odontológica, aparecem os cursos da área de exatas, como por exemplo, Engenharia de Petróleo e Gás, com duração de 390 horas e um custo total de R\$ 12.000,00, Engenharia Sanitária e Ambiental, cobrando um valor de R\$ 7.645,00 por 480 horas, Engenharia Econômica, com um valor total de R\$ 6.810,00 e duração de 360 horas, entre outros.

Os cursos mais baratos são geralmente os da área de humanas, tais como: Aprendizagem em Matemática, que cobra R\$ 200,00 com duração de 360 horas, Filosofia Moderna e Contemporânea, que custa R\$ 440,00 com duração de 360 horas, Sociologia Urbana, que custa R\$396,00 com duração de 360 horas, História das Relações Internacionais com duração total de 360 horas e um custo de R\$ 550,00 e Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro com um valor de R\$ 300,00 e duração de 435 horas.

Alguns cursos da UERJ são gratuitos, tais como o curso de Angiologia (3510 horas), Estudos Literários (360h), Psiquiatria (2400 horas), Cirurgia Plástica (5760 horas), Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão de Territórios (São Gonçalo – 360 horas) e Educação Básica (São Gonçalo – 360 horas).

Na UFF, a área de Odontologia, assim como na UERJ, é a que oferece cursos mais caros, cobrando R\$54.000,00¹² por um curso de Ortodontia de 2220 horas; o curso de Prótese Dentária, com duração de 18 meses cobra um valor total de R\$ 18.000,00, o curso de Dentística cobra um valor de R\$ 13.200,00 com duração de 12 meses e o curso de Odontopediatria tem um custo total de R\$ 11.400,00 por 750 horas.

Em segundo lugar, podemos destacar a área tecnológica, que também cobra caro por seus cursos, como R\$18.000,00 por um curso de Engenharia de Soldagem de 480 horas¹³. O curso de Engenharia de Produção tem duração de 360 horas e um custo total de R\$ 8500,00 e o curso de Engenharia de Segurança do Trabalho, com duração de 720 horas cobra um valor de R\$ 8.800,00. O curso de Engenharia de Petróleo e Gás Natural da UFF não informou a cobrança ou não de taxa de inscrição, mas possui um custo total de R\$ 7.956,00, com duração de 360 horas.

Seguindo a mesma linha da UERJ, os cursos que apresentam preços mais modestos são oferecidos pelas áreas de ciências humanas e sociais, tais como o curso de Psicanálise e Laço Social que custa R\$1580,00¹⁴, com duração de 18 meses, História Contemporânea, História do Brasil e História do Brasil Pós 1930, todos esses com duração de 16 meses mais 6 meses para a monografia, cobrando uma mensalidade de R\$ 230,00.

Ao analisar a cobrança dos cursos na área de História, apesar de cobrarem preços mais modestos, temos uma surpresa, já que esta área, em geral, passa a imagem de uma maior politização por parte de estudantes, professores, etc. Dessa maneira, percebemos uma contradição entre teoria/formação/politização e o que é oferecido na prática.

Algumas faculdades e institutos da UFF, como a Faculdade de Educação, o Instituto de Educação Física, que oferece o Curso de Especialização em Educação Física Escolar, a Faculdade de Medicina, que oferece o Curso de Especialização em Dermatologia (cobrando apenas a taxa de inscrição no valor de R\$150,00), Cirurgia Plástica (cobrando apenas a taxa de inscrição no valor de R\$ 200,00) e Cirurgia Geral (cobrando apenas a taxa de inscrição no valor de R\$ 250,00) têm mantido a gratuidade em seus cursos de especialização. Mas são exceções à regra.

¹² Valor de 2009. Não há dados mais atuais.

¹³ PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A Universidade Federal Fluminense no Cenário do Estado do Rio de Janeiro**. Florianópolis: Insular, 2008, p. 35, dados de 2007.

¹⁴ Valor de 2009. Não há dados mais atuais.

Vimos, portanto, como as universidades públicas têm sofrido um grande processo de privatização por dentro do ensino, no âmbito da pós-graduação *lato sensu*, seguindo a lógica do capital. Isso porque, a partir da década de 90, o Estado passou a investir cada vez menos no campo da educação superior pública, fazendo com que se mercantilizasse o sentido de formação universitária.

Mesmo que os dados explicitados anteriormente refiram-se apenas a duas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, esta é uma realidade recorrente nas universidades públicas brasileiras, até porque é papel das fundações de apoio naturalizar essas práticas privadas, pois são elas que arrecadam e distribuem o dinheiro dos cursos pagos de pós-graduação *lato sensu* e de extensão, algumas vezes promovendo esses cursos.

As fundações de apoio têm ganhado cada vez mais espaço nesse quadro de desfiguração do papel do Estado diante do neoliberalismo, que tem como consequência o desmonte da esfera pública. Segundo o discurso oficial e de determinados setores das próprias universidades, a universidade pública é caracterizada por uma lentidão burocrática, sendo incapaz de captar e gerir recursos sem o apoio destas fundações privadas, consideradas essenciais para a sobrevivência das universidades, pois de acordo com esta perspectiva as fundações proporcionam agilidade na captação e distribuição de recursos. No espaço deste trabalho, não trataremos das irregularidades existentes em muitas destas fundações privadas, já denunciadas em outras pesquisas e trabalhos realizados por nós anteriormente (PAULA e AZEVEDO, 2006).

Os mestrados profissionalizantes

A portaria Normativa n° 7, publicada no Diário Oficial da União¹⁵, diz que sendo o mestrado profissional uma modalidade de formação pós-graduada *stricto sensu*, o título de mestre obtido nos cursos de mestrado profissional, avaliados pela CAPES, concede ao seu detentor os mesmos direitos outorgados aos portadores da titulação nos cursos de mestrado acadêmico.

Os mestrados profissionais visam promover uma formação com aplicabilidade técnica, flexibilidade operacional, exercício de inovação e valorização da experiência profissional. Nesta perspectiva, os profissionais devem ser qualificados para o exercício

¹⁵ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria Normativa n° 7. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=31&data=23/06/2009> . Acesso em: 19/09/2010.

da prática profissional, objetivando a transferência de conhecimentos para a sociedade e o desenvolvimento nacional, regional ou local, além de fomentar a competitividade e produtividade das instituições.

Segundo a CAPES:

o mestrado profissional pode ser pensado como um tipo de formação pós-graduada que envolve uma grande diversidade de formatos específicos para o seu funcionamento. É a capacitação para a prática profissional por meio da incorporação do método científico. Volta-se para um público preferencialmente oriundo de fora da academia e destina-se à gestão, produção e aplicação do conhecimento orientado para a pesquisa aplicada, a solução de problemas, a proposição de novas tecnologias e aperfeiçoamento tecnológico.¹⁶

A CAPES e o MEC incentivam os mestrados profissionalizantes, pois acreditam que a sociedade atual necessita de uma formação cada vez mais qualificada, mesmo para setores que não lidam com a docência nem com a pesquisa de ponta, dessa forma, teríamos uma demanda cada vez maior de mestres e doutores fora e além da academia.

Em contrapartida, esta política não se preocupa com uma formação integral do estudante, pois os mestrados profissionais oferecem uma formação mais aligeirada, imediatista e pragmática em relação aos mestrados acadêmicos, sendo voltados mais diretamente para o mercado de trabalho.

Outro ponto importante para se destacar é a questão do financiamento. Segundo a CAPES, os mestrados profissionalizantes têm por vocação o autofinanciamento. Sendo assim, em geral, estes cursos são cobrados dos estudantes e seu custo é muito elevado, representando outra porta de entrada para a privatização do ensino nas universidades públicas.

Há, porém, outros caminhos que estão sendo trilhados por muitas universidades públicas: os recursos para os mestrados profissionalizantes podem vir de fontes externas às instituições de ensino superior. Ou seja, quando não se cobra do aluno, o curso pode ser financiado por uma instituição, organismo ou empresa. Percebemos, assim, diferentes mecanismos de abertura de espaço para a privatização do ensino nas universidades públicas.

A UFF oferece 5 mestrados profissionais, são eles: Defesa e Segurança Civil; Enfermagem Assistencial; Sistema de Gestão; Higiene, Inspeção e Tecnologia de

¹⁶ CAPES, Mestrados profissionalizantes. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2833-capes-regula-a-oferta-de-mestrado-profissional> . Acesso em: 19/09/2010

Alimentos de Origem Animal e Justiça Administrativa¹⁷. Já a UERJ oferece 2 mestrados profissionais, são eles: Saúde Coletiva e Engenharia Ambiental¹⁸.

Segundo a avaliação da CAPES, os mestrados profissionais da UFF receberam as seguintes conceitos: Defesa e Segurança Civil - 4, Enfermagem Assistencial - 3, Sistema de Gestão - 4, Higiene, Inspeção e Tecnologia de Alimentos de Origem Animal - 4 e Justiça Administrativa - 4¹⁹. A UERJ recebeu os seguintes conceitos: 5 para o mestrado profissional em Saúde Coletiva e 4 para o mestrado profissional em Engenharia Ambiental²⁰.

Na UFF, o Mestrado Profissional em Enfermagem Assistencial é autofinanciável, tendo um custo total de R\$ 22.475,50²¹. O Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil tem um custo total de R\$ 30.000,00²² e o Mestrado Profissional em Sistema de Gestão, um custo de R\$ 28.850,00²³. O Mestrado Profissional em Justiça Administrativa é gratuito e o mestrado profissional em Higiene, Inspeção e Tecnologia de Alimentos de Origem Animal não disponibilizou o seu custo. A UERJ não disponibilizou o valor total dos seus mestrados profissionalizantes em Saúde Coletiva e Engenharia Ambiental, mas nos dois mestrados profissionalizantes é cobrada uma taxa de inscrição de R\$ 100,00.

Percebe-se, portanto que as duas universidades ainda oferecem um número reduzido de Mestrados Profissionais, uma vez que começaram a existir mais recentemente, ao contrário do que se constata em relação à pós-graduação *lato sensu* e aos mestrados acadêmicos. Apesar disso, o mestrado profissionalizante tem sido também uma porta de entrada para a privatização do ensino nas universidades públicas.

¹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Proppi. Cursos *Stricto Sensu*. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cursosstrictosensu>. Acesso em : 10/01/2011.

¹⁸ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Ensino. Pós Graduação. Disponível em: <http://www.uerj.br/ensino/posgraduacao.php>. Acesso em: 10/01/2011.

¹⁹ CAPES. Cursos recomendados. Região/ instituição. UFF. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiaoIesPrograma&codigoIes=31003010>. Acesso em: 10/01/2011.

²⁰ CAPES. Cursos recomendados. Região/instituição. UERJ. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiaoIesPrograma&codigoIes=31004016>. Acesso em : 10/01/2011.

²¹ PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A Universidade Federal Fluminense no Cenário do Estado do Rio de Janeiro**. Florianópolis: Insular, 2008 (dados de 2007). Não há dados mais atuais.

²² UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação. Cursos *Stricto Sensu*. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cursos-de-pos-graduacao/cursos-e-editais>. Acesso em : 13/09/2010.

²³ UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Cursos de Pós Graduação. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cursos-de-pos-graduacao/cursos-e-editais>. Acesso em: 13/09/2010.

Considerações Finais

Diante desse panorama geral sobre a influência das políticas neoliberais nas universidades públicas, vimos que a cobrança pelos cursos de pós-graduação *lato sensu* tem se tornado uma prática cada vez mais comum no cenário nacional de adoção de estruturas privatizantes. Os valores cobrados pelos cursos são altíssimos, principalmente na área biomédica e das engenharias.

Além dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, os cursos de extensão também são alvo da via privatizante dentro da universidade. A naturalização dessas práticas é feita com o apoio das fundações de apoio que promovem esses cursos pagos. Entretanto, o papel das fundações nesse cenário deve ser questionado, pois através delas se alimenta uma rede de clientelismo e relações de troca e interesses privados, além do repasse de dinheiro para a instituição ser irrisório.

Os Mestrados Profissionalizantes, que contam com o apoio da Capes e do MEC, também representam uma porta de entrada da privatização do ensino nas universidades públicas, acentuando o aligeiramento e a diluição do processo de formação, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*.

Portanto, a insuficiência de investimento de recursos do Estado nas universidades públicas e a precarização das condições de trabalho provocam um aumento do processo de privatização por dentro da própria universidade, favorecendo o individualismo, a competição, a desagregação do ambiente da academia através da hierarquização entre graduação e pós-graduação, professores e pesquisadores, professores e prestadores de serviços, entre outras hierarquias e fragmentações.

Segundo esta lógica, a educação passa a ser vista como uma mercadoria, enfraquecendo-se a idéia da educação como um direito do cidadão e dever do Estado. Nesse sentido, a luta por uma educação pública de qualidade e democrática é fundamentalmente uma luta pelo Fundo Público.

Ainda que existam alguns esforços localizados de resistência no interior das universidades públicas diante da privatização que invade nossos muros, é bastante desequilibrada esta relação de forças. As estruturas privatizantes estão instaladas e consolidadas, não são uma ameaça que poderá nos atingir, mas uma realidade que se integra ao corpo institucional das universidades públicas. Corpo que nos desfigura, mais do que nos identifica.

Cabe assinalar, entretanto, que a privatização por dentro das universidades públicas, como vimos nos casos da UFF e da UERJ, não é consequência apenas das políticas neoliberais provenientes de fora dos seus muros, mas deve-se também em grande parte à adesão dos atores envolvidos internamente, que produzem e reproduzem um conjunto de práticas privadas no contexto das instituições públicas.

Referências

BRASIL / MARE. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

CAPES. **Cursos recomendados**. Região/instituição. UERJ. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiaoIesPrograma&codigoIes=31004016>. Acesso em: 10/01/2011.

CAPES. **Cursos recomendados**. Região/ instituição. UFF. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarRegiaoIesPrograma&codigoIes=31003010>. Acesso em: 10/01/2011.

CAPES. **Mestrados profissionalizantes**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2833-capes-regula-a-oferta-de-mestrado-profissional> . Acesso em: 19/09/2010.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 de maio de 1999, Caderno Mais.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria Normativa nº 7. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=31&data=23/06/2009> . Acesso em: 19/09/2010.

DOURADO, Luiz Fernandes; GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira de. Políticas de educação superior no Brasil: mudanças e continuidades. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto e PAULA, Maria de Fátima Costa de (orgs). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011 (no prelo).

GENTILI, Pablo. **Escola S. A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

MEC/INEP. Censo de Educação Superior. Resumo Técnico do Censo de Educação Superior de 2008. Disponível em: http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm. Acesso em: 23/11/2010.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. CNPq. Diretório dos grupos de pesquisas do Brasil. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/censos/>. Acesso em: 16/09/2010.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A modernização da universidade e a transformação da *intelligentia* universitária: casos USP e UFRJ.** Florianópolis: Editora Insular, 2002.

_____. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 8, n. 4, p. 53-67, dez. 2003.

PAULA, Maria de Fátima Costa de e AZEVEDO, Marcela Davino de. Políticas e práticas de privatização do público na universidade: o caso UFF. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 91-111, set. 2006.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A Universidade Federal Fluminense no Cenário do Estado do Rio de Janeiro.** Florianópolis : Insular, 2008.

_____. Por uma educação superior que forme para a cidadania crítica. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 17, n. 35, p.471-485, set./dez. 2008.

_____. Educação superior e inclusão social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto e PAULA, Maria de Fátima Costa de (orgs). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011 (no prelo).

RISTOFF, Dilvo. A expansão da educação superior brasileira: tendências e desafios. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto e PAULA, Maria de Fátima Costa de (orgs). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2011 (no prelo).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Centro de Produção da UERJ.** Disponível em: <http://www.cepuerj.uerj.br/pos.aspx>. Acesso em: 16/09/2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Datauerj. Indicadores.** Disponível em: http://www2.datauerj.uerj.br/tabela.php?nometabela=INDICADORES_A. Acesso em 19/09/2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ensino. Pós Graduação.** Disponível em: <http://www.uerj.br/ensino/posgraduacao.php>. Acesso em: 10/01/2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ensino. Pós-Graduação *lato sensu*.** Disponível em: <http://www.uerj.br/modulos/kernel/index.php?pagina=29>. Acesso em: 14/09/2010

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Aduff. Boletim eletrônico da Aduff. É o fim dos cursos pagos na UFF.** Disponível em: http://www.aduff.org.br/boletim/2010a_09m_10d.htm. Acesso em: 11/01/2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Catálogo UFF**. Disponível em: http://www.uff.br/catalogo/index.php?option=com_content&task=view&id=64&Itemid=84. Acesso em: 19/09/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Curso *lato sensu*. Apresentação**. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cpg-lato-sensu/apresentacao/apresentacao>. Acesso em : 16/09/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Cursos de Pós Graduação**. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cursos-de-pos-graduacao/cursos-e-editais>. Acesso em: 13/09/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação. Cursos**. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cursos-de-pos-graduacao/relacao-de-cursos-lato-sensu>. Acesso em: 14/09/2010 e 16/09/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação. Cursos *Stricto Sensu***. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cursos-de-pos-graduacao/cursos-e-editais>. Acesso em: 13/09/2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação. Cursos *Stricto Sensu***. Disponível em: <http://www.proppi.uff.br/cursosstrictosensu>. Acesso em: 10/01/2011.